

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DR. SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Parlamento sai em defesa de projetos para Santa Catarina

Comitiva liderada pelo presidente Jorginho Mello busca em Brasília parceria para ações e obras de grande impacto

Edson Leite / MT

Liderada pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello, uma comitiva de deputados esteve em Brasília, no dia 16, em busca de recursos e parcerias para viabilizar projetos de impacto para Santa Catarina.

Os parlamentares entregaram ao ministro das Minas e Energia, Édison Lobão, uma cópia do estudo da Fiesc sobre o pré-sal com objetivo de conquistar para o Estado os royalties da exploração do mineral.

No Ministério dos Transportes, a comitiva destacou a necessidade de investir R\$ 1 bilhão na construção da Ferrovia Litorânea. Outro tema do encontro foi a Ferrovia Leste/Oeste ou da Integração. Já na Câmara dos Deputados, eles buscaram apoio para as eleições em Pescaria Brava e Balneário Rincão.



Páginas 3, 4 e 5 No Ministério dos Transportes, deputados liderados por Jorginho Mello pedem recursos para construção das ferrovias Litorânea e da Integração

Fórum avalia demarcação de terras no Norte

Carlos Kilian



Cerca de 120 pessoas participam das discussões

Páginas 4 e 5

Apoio para cooperativas de eletrificação rural

Jonas Lemos Campos



Frete Parlamentar define ações em defesa do setor

Páginas 4 e 5

Tornado no Oeste repercute em Plenário

Sorteadas escolas do Parlamento Jovem

Página 7

OPINIÃO

Um sistema de ação nas catástrofes

Nosso estado, em menos de um ano, enfrentou no mínimo três ocorrências relacionadas ao clima que desestabilizaram diferentes regiões, ceifaram vidas e, ao mesmo tempo, também nos apresentaram questionamentos pertinentes.

A chuva e os consequentes alagamentos e desmoronamentos no Vale do Itajaí, em novembro de 2008, a seca que assolou mais de 130 municípios no primeiro semestre e as recentes ocorrências de vendavais e tornados suscitam, além de debates, a necessidade de encaminhamentos práticos.

Acredito que trabalhamos com três pontos de debate fundamentais. O primeiro é o meio ambiente. Mesmo carentes de estudos científicos conclusivos, que determinem causas para essas ocorrências climáticas, é possível afirmar que o modelo de desenvolvimento adotado leva a desequilíbrios ambientais, que, no mínimo, agravam as consequências dessas catástrofes.

O segundo ponto refere-se à

previsão desses fenômenos. Isso envolve estrutura tecnológica, investimento em pesquisa e qualificação. Se temos a informação de que o estado é vulnerável a essas ocorrências, é óbvia a necessidade de investimento neste setor.

O terceiro ponto, e neste momento, refere-se à rede de atendimento formada após os fenômenos, com o objetivo de socorrer emergencialmente e reestruturar as comunidades atingidas por calamidades. Estado e país carecem de uma legislação sobre calamidade pública. Os governos precisam iniciar articulações de forma a garantir que as defesas civis funcionem efetivamente nos municípios, em conjunto com a sociedade, de forma a responder com a devida emergência a essas questões.

Apesar de todo esforço e competência dos coordenadores e profissionais da Defesa Civil, é humanamente impossível que ela atue sem um apoio legal e técnico adequado, em todo estado. Eles dependem de uma série de medidas burocráticas

que somente atrasam o atendimento à população que precisa de socorro e apoio.

Um exemplo disso é o aproveitamento da madeira das árvores derrubadas pelo vendaval ou pelo tornado, nas regiões atingidas. Elas podem ser utilizadas para a recuperação de casas, no entanto, o caminho legal para isso é tortuoso.

Como alguns especialistas no assunto já manifestaram, é preciso proporcionar visibilidade e qualificação à rede catarinense de Defesa Civil. Ao mesmo tempo, é necessário envolver a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de forma a empreender ações sistêmicas entre todos os órgãos de segurança. Isso vai garantir um planejamento estratégico de emergência, racionalizando recursos e agindo mais rapidamente para restaurar as condições de vida nas comunidades atingidas.

Deputado Padre Pedro Baldissera (PT)

A complexidade na questão indígena

Você já se perguntou a quem pertence o Brasil? Parece uma pergunta simples, mas creia! A resposta não é tão simples assim. Nesses anos como parlamentar, pude descobrir que algumas convicções se perdem diante da complexidade que é mediar interesses públicos. Perguntas simples nem sempre têm respostas simples e isso nos leva à questão da demarcação de áreas indígenas.

É sabido que os índios habitavam muitas regiões do país quando os primeiros europeus por aqui chegaram e é sabido também que os europeus se estabeleceram de forma invasiva, maculando a cultura indígena e impondo-lhes novas crenças. Por tudo isso, passamos a simpatizar pela causa indígena e adotamos o discurso de devolver a terra brasilis aos seus verdadeiros donos. Parece simples. Mas quando se tem que mediar interesses públi-

cos, e a diversidade cultural no país é imensa, percebemos que há muita coisa em jogo e, em alguns casos, muita boa vontade e pouco senso.

A base dessa discussão é a Constituição brasileira, que previu a demarcação das terras indígenas num momento de mea culpa da nação; acontece que há muitas questões em jogo, como o próprio nomadismo de muitos grupos ou a influência branca nas diversas regiões. Como definir locais e reservas para grupos cuja origem não é a do local em que vivem?

Vejamos o caso da demarcação das terras em Araquari: a demarcação deveria passar pelo Congresso Nacional, antes de qualquer coisa. Depois de discutido o mérito e a viabilidade, haveria que se estabelecer um critério de negociação. Ainda que eu respeite a cultura indígena, não acho justo que o proprietário receba do governo

apenas o valor das benfeitorias, ou seja, que na entrega da terra, seu terreno não tenha valor nenhum.

Outra questão, e é aí que o simples se complica, diz respeito à história dos índios da região, que a bem da verdade, não têm origem em Araquari, já que migraram provavelmente do Paraguai em 2002. Não há certezas sobre essa questão. Ou seja, esses índios não podem ser contemplados pela lei, que previu a demarcação para locais onde havia habitação indígena anterior a 1988. Em suma, a questão indígena no norte do estado deve ser discutida sem o discurso fácil e populista de devolver a terra ao índio, mas analisando-se o histórico da região e as consequências sócio-econômicas dessa demarcação.

Deputado Kennedy Nunes (PP)

Parceria com Ministério Público

A programação da TVAL terá a inserção de vídeos institucionais e educativos do Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC). Um protocolo de intenções foi assinado, dia 14, pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), e pelo procurador-geral de Justiça do MP, Gercino Gerson Gomes Neto.

Implantado pelo MP em 2008, os vídeos fazem parte do *Projeto VideO Seu Direito*, que visa promover a cidadania e conscientizar a população dos seus direitos. A atuação dos promotores e procuradores em casos reais também

é abordada. Os dois volumes intitulados "Os Direitos do Cidadão e o Promotor de Justiça" e o "MP Defendendo a Sociedade" foram produzidos para divulgar o trabalho realizado por áreas específicas.

Conforme Gercino Neto, a interação entre o Legislativo e o MP é fundamental na garantia e defesa dos direitos dos cidadãos. Para Jorginho Mello, o convênio representa mais uma parceria de sucesso entre as duas instituições. "Hoje o MP se soma a mais essa grande campanha em defesa dos direitos da sociedade", acrescentou.

Eduardo Guedes de Oliveira



Presidente Jorginho Mello com o procurador-geral de Justiça

[AGENDA]

• **Dia 22, 18h:** Seminário "O petróleo do pré-sal, implicações econômicas para Santa Catarina", com apoio da Fiesc
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros - Capital

• **Dia 23, 19h:** Sessão especial em comemoração aos 21 anos do Sindifisco (Sindicato dos Fiscais da Fazenda de Santa Catarina) e o lançamento do livro "História do fisco catarinense: construindo uma Santa Catarina melhor", do jornalista Moacir Pereira
Local: Plenário e hall

• **Dia 24, 19h:** Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - Audiência pública "A criação da Defensoria Pública em Santa Catarina"
Local: Auditório Rui Hulse - Unesc - Criciúma

• **Dia 25, 16h:** Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Audiência pública sobre os impactos socioeconômicos e ambientais da Indústria de Fosfatos Catarinense (IFC), de Anitápolis
Local: Salão da Paróquia Nosso Senhor do Bonfim - Braço do Norte

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Comitiva de deputados busca ações federais para Santa Catarina

Em missão a Brasília, parlamentares pedem atenção para Ferrovia Litorânea, pré-sal, habitação e eleições no Sul

Liderados pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), os deputados José Serafim Venzon e Natal Pereira, do PSDB, Sargento Amauri Soares (PDT), Décio Góes, Jailson Lima e Pedro Uczi, do PT, e Sílvio Dreveck (PP), estiveram reunidos com autoridades federais dia 16 em Brasília, para tratar de diversos assuntos de interesse de Santa Catarina.

Um dos temas, que desde o início da semana mobilizou as classes política e empresarial catarinense, foi garantir ao Estado os royalties e o desenvolvimento decorrente da extração de petróleo na camada do pré-sal.

O presidente Jorginho Mello entregou ao ministro das Minas e Energia, Édison Lobão, uma cópia do estudo feito pela Fiesc (Federação das Indústrias de Santa Catarina) sobre o pré-sal e disse que Santa Catarina só lutará por aquilo que comprovadamente tem direito (leia mais sobre o estudo e parceria firmada com a entidade nas páginas 4 e 5).

No próximo dia 22, o assunto será discutido em seminário na Assembleia Legislativa com a presença, entre outros, do autor do estudo feito pela Fiesc.

No Ministério das Cidades, os parlamentares trataram do Programa Minha Casa, Minha Vida e solicitaram ao gerente de projetos da pasta, Antonio Cesar

Ramos dos Santos, mudanças no programa habitacional do governo federal para contemplar mais municípios catarinenses. A promessa é de que até o final deste mês será lançado o edital que permitirá aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes encaminharem projetos ao ministério.

O presidente, por sua vez, disse que a Assembleia fará um trabalho de divulgação do programa para que nenhum município deixe de encaminhar seus projetos.

Eleições

Ainda pela manhã, os parlamentares estiveram com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Foi entregue a Temer um modelo de projeto de lei autorizando os Tribunais Regionais Eleitorais a realizarem eleições municipais isoladas nos distritos cuja emancipação tenha sido aprovada até 2006, conforme assegura a emenda constitucional 57.

A proposta, se aprovada na Câmara dos Deputados, garantirá eleições também nos municípios catarinenses de Pescaria Brava e Balneário Rincão já no próximo ano. Michel Temer se comprometeu a dar encaminhamento e elogiou a iniciativa catarinense, que irá beneficiar 52 novos municípios em todo o País.



Edson Leite/MT

No Ministério dos Transportes, parlamentares pedem recursos de R\$ 1 bilhão para a Ferrovia Litorânea

Parlamentares buscam investimento em transportes

Na peregrinação em Brasília, a última escala foi no Ministério dos Transportes. Em audiência com o ministro Alfredo do Nascimento, os deputados federais e os senadores Neuto de Conto (PMDB) e Ideli Salvatti (PT) buscaram garantir recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) na ordem de R\$ 1 bilhão para a implantação da

Ferrovia Litorânea, que ligará os portos de Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul.

Os representantes políticos catarinenses também solicitaram ao ministro estudos de viabilidade para estender a ligação da ferrovia Leste-Oeste, conhecida como Ferrovia do Frango, aos países do Mercosul. Já estão incluídos para isso no

PAC R\$ 16 milhões.

O presidente da Assembleia Legislativa destacou a importância das ferrovias para interligar os portos catarinenses e possibilitar o corredor bioceânico. "Santa Catarina é um estado que trabalha e a preocupação é garantir essas realizações, que vão melhorar o desenvolvimento do nosso estado", justificou.



Jonas Lemos Campos

Missão repercute na tribuna do Parlamento

A viagem da comitiva a Brasília repercutiu na sessão ordinária do dia 16. Os deputados destacaram a busca de recursos para viabilizar a Ferrovia Litorânea, interligando os portos catarinenses de Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul através da estrada de ferro.

O deputado Antônio Aguiar, líder do PMDB na Casa, destacou que este é "um projeto há muito almejado, e que agora começa a ganhar força". De acordo com Aguiar, o governo federal prometeu desenvolver o projeto da ferrovia nos próximos nove meses, através do DNIT, e assegurou que as obras iniciam no segundo semestre

de 2010.

Segundo o líder, "com a construção deste trecho de 236 quilômetros, Santa Catarina terá a primeira ferrovia nova em décadas, sendo que o modal ferroviário poderá saltar de 8% de capacidade de cargas transportadas no estado para 25%, triplicando sua envergadura". O parlamentar lembrou que "este é um projeto ousado, com prazo de oito anos para conclusão, e que vai integrar a malha ferroviária já existente".

O pronunciamento de Aguiar teve eco nas palavras do deputado Professor Sérgio Grando (PPS), que enfatizou "a necessidade de baratear

o escoamento da produção do estado". Grando também salientou que a construção de ferrovias é um projeto caro e diferenciado, necessitando estudos específicos.

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) repriminou o desmonte das ferrovias em favor da indústria de transportes terrestres. A mesma crítica foi feita pelo deputado Ismael dos Santos (DEM), que se disse impressionado com o abandono da estação ferroviária de Matos Costa. O democrata também acusou as multinacionais revendedoras de pneus de ingerência no processo de sucateamento das ferrovias.

Deputado Nilson critica desmonte histórico da malha ferroviária

GERAL



Deputado Moacir Sopelsa preside grupo de deputados estaduais

Frente Parlamentar vai adotar ações para a eletrificação rural

A Frente Parlamentar de Apoio ao Cooperativismo vai empreender diversas ações em defesa das cooperativas de eletrificação rural. Desde 2006 está sendo cobrada uma taxa de utilização das faixas de domínio das rodovias estaduais e federais. Essa gerou notificações judiciais e contestação da cobrança através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

Presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), a Frente Parlamentar reuniu-se dia 15 com representantes do setor na Assembleia Legislativa. Do encontro surgiram diversas propostas, com destaque para três.

Uma delas é a indicação que será encaminhada ao Executivo, subscrita por Sopelsa, para que não haja mais a cobrança da taxa.

No mesmo sentido, o deputado Renato Hinnig (PMDB) informou que protocolou uma proposta de lei que dispensa as cooperativas deste segmento do pagamento da taxa de domínio das rodovias estaduais.

Outra ação prevê uma reunião da Frente com o Executivo para sensibilizar o governador a dispensar as cooperativas da taxa e negociar os valores que estão sendo cobrados desde 2006 e não estão sendo pagos. Para o superintendente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), Geci Pungan, a dispensa da taxa é o pleito dos cooperados desde a criação da lei. "É uma necessidade que o Executivo regulamente essa questão, pois as cooperativas têm papel social."

Criada Universidade da Fronteira Sul

O ato de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), marcado pela assinatura do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 15, levou autoridades dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná para Brasília. As aulas terão início em março e os testes seletivos serão realizados este ano. Mais de duas mil vagas serão oferecidas, boa parte delas a estudantes da rede pública.

Um reitor temporário deverá ser nomeado nos próximos dias pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, conforme o deputado Jailson Lima (PT). Ele reforçou as ações do governo federal em prol da educação, como o aumento das instituições de ensino técnico em todo o

país, com a criação de mais 210 unidades até 2010. "Lula está mudando o conceito da educação no país", declarou. A universidade oferecerá 2.160 vagas em Chapecó (SC), Cerro Largo e Erechim (RS) e Laranjeiras do Sul e Realeza (PR). O processo seletivo será feito através das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Chapecó terá os cursos de Administração, Ciências da Computação, Pedagogia, Agronomia, Engenharia Ambiental, Licenciatura Portuguesa/Espanhol, Filosofia, História, Geografia, Sociologia e Enfermagem. Os investimentos previstos pelo governo federal são de R\$ 35 milhões no primeiro ano e mais R\$ 194 milhões que serão repassados em quatro anos.

Legislativo e Fiesc se unem em defesa de SC no pré-sal

Mobilização em prol de royalties da exploração do mineral no Norte catarinense fará parte da Agenda Positiva do Parlamento, que inclui ações de interesse da sociedade

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), recebeu do presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Alcantaro Corrêa, o estudo técnico "Pré-Sal: Análise sobre Royalties e Implicações Econômicas para Santa Catarina". A parceria em defesa de uma maior participação do estado nos royalties de exploração do pré-sal foi selada dia 15 no gabinete da presidência.

Alcantaro fez uma breve explanação dos motivos que levaram a Fiesc a pedir o estudo com números, mapas e gráficos. Ele destacou o aumento da produção brasileira de petróleo e gás, que passou a marca de 7% ao ano, representando um salto de 690 mil em 1994, para 1,89 milhão barris/dia em 2008. Em 1998, a arrecadação com a exploração foi de R\$ 280 milhões, passando para R\$ 22,6 bilhões em 2008. A previsão é de que, com a descoberta do mineral nas camadas do pré-sal, até 2020 a arrecadação chegue a R\$ 40 bilhões. A posição geográfica de Santa Catarina também foi um



Presidente Jorginho Mello e Alcantaro Corrêa estão atentos à posição estratégica de SC na exploração do mineral

dos fatores determinantes para a parceria entre o setor produtivo e o poder público.

Para o presidente da Fiesc, o assunto é fundamental não só para o setor industrial de Santa Catarina, mas para o estado em geral. "Preci-

samos nos mobilizar, juntar forças e lutar por essa causa. Numa ação forte e firme poderemos buscar mais recursos", disse Corrêa.

O presidente da Casa afirmou que essa mobilização fará parte da Agenda Positiva, onde são

incluídas as ações de interesse da sociedade catarinense. Enfático nas palavras, Jorginho Mello afirmou: "Vamos nos juntar à classe produtiva e dar o tempero político que essa causa merece".

Realizado por especialistas no

setor de petróleo, o documento analisa os projetos em tramitação no Congresso Nacional propondo alterações na legislação em relação à distribuição dos recursos da produção e exploração de gás e petróleo.

O assunto ganhou destaque nacional e internacional com a descoberta do potencial de exploração da chamada camada pré-sal, que se estende do Espírito Santo até o Norte de Santa Catarina. O reservatório tem 800 quilômetros de extensão, e 200 quilômetros de largura. O petróleo está localizado abaixo da camada de sal, entre 5 mil e 7 mil metros de profundidade abaixo do nível do mar na plataforma continental brasileira, englobando três bacias sedimentares – Santos, Campos e Espírito Santo.

Seminário

O estudo Pré-Sal: Análise sobre Royalties e Implicações Econômicas para Santa Catarina será detalhado dia 22, às 18 horas, em um seminário no Parlamento.

Limites marítimos entre estado e Paraná em análise na Justiça

Especialista na questão de limites marítimos e representante dos municípios catarinenses de Itajaí, Barra Velha, Penha e Navegantes em ação no Supremo Tribunal Federal que reivindica direito aos royalties da exploração de petróleo para Santa Catarina, o advogado Gilberto D'Ávila Rufino esteve na Assembleia Legislativa fazendo uma avaliação da situação. Otimista com as perspectivas de êxito na disputa, Rufino defende que também em relação à exploração do pré-sal seja respeitado o que já estabelece a Lei Federal nº 7.525/1986, cujo artigo nono determina o modo de fixação dos limites marítimos interestaduais e intermunicipais.

A disputa entre Santa Catarina e Paraná remete a 1988, quando delimitação efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atribuiu ao estado do Paraná direito sobre os royalties da exploração pelas reservas que ficam entre o Espírito Santo e Santa Catarina. Com a descoberta

de reservas no pré-sal, a discussão voltou à baila, tendo em vista que o governo federal encaminhou uma série de projetos ao Congresso nacional para regulamentar as futuras explorações.

Estados produtores de petróleo, como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná, temem perder receita na futura exploração do pré-sal, uma vez que uma das propostas em discussão no governo é a de fazer uma distribuição mais equitativa dos recursos, beneficiando inclusive estados que não estão nas proximidades dos poços.

Autor de estudo pioneiro sobre o assunto, intitulado "Os Direitos dos Estados Membros-Brasileiros Sobre a Exploração dos Recursos Naturais Encontrados na Plataforma Continental", citado em revistas especializadas no Direito do Mar e no livro "Espaços Et Ressources Marítimas, da Universidade de Nice-Sophia Antipoli (França), Rufino acredita que "o critério da legislação

brasileira é compatível e baseado em regras do direito internacional, enquanto a delimitação estabelecida pelo IBGE é não apenas nula, mas também inexistente".

A preocupação é que as iniciativas passem a ser contestadas na Justiça, numa longa e eterna batalha jurídica como acontece com a disputa pelos primeiros royalties da exploração de petróleo no Brasil. O Supremo Tribunal Federal (STF) está desde 1991 para decidir a ação entre os dois estados e o processo já está em seu terceiro relator, ministro Joaquim Barbosa, sendo que a Procuradoria Geral da República deu razão a Santa Catarina.

"O caso tem importância inegável para a Federação. Está em debate o método de delimitação marítima adotado pelo legislador brasileiro, para o efeito interno de repartição dos direitos e jurisdição dos estados-membros sobre os espaços marítimos nacionais", explicou Rufino.

Especialista questiona critérios do IBGE

O advogado explicou que o problema está na forma como o IBGE conduziu a demarcação. "Foi amputado o espaço marítimo adjacente a Santa Catarina para atribuí-lo ao Paraná, através de construção geométrica, artificial e incabível, consistente em traçar a bissetriz de um triângulo unindo dois pontos extremos do litoral paranaense, critério esse jamais utilizado em outro caso de delimitação marítima, seja no plano nacional ou internacional."

O especialista afirmou que no contexto da então nova Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997) a questão de limites interestaduais adquiriu relevância maior por conta da privatização parcial da produção de petróleo através da concessão de exploração para empresas brasileiras e estrangeiras. "Com isso, os royalties a serem pagos aos municípios podem ser acrescidos de uma participação especial que eleva o percentual devido a 10% do valor bruto da produção", observou.

Rufino: demarcação incabível (Mais informações no site de Gilberto Rufino: www.ijlitoral.org)

Fórum trata da demarcação de terras indígenas no Norte



Impacto da medida na agricultura familiar, obrigando produtores a abandonar suas terras, é avaliado

A possibilidade da demarcação de terras indígenas em Araquari, Barra do Sul, Garuva e São Francisco do Sul teve novos desdobramentos na reunião do Fórum de Discussão das Demarcações de Terras Indígenas, dia 14. Cerca de 120 pessoas participaram do encontro presidido pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB). "Formamos uma frente parlamentar forte e agora vamos buscar sensibilizar o Congresso Nacional", frisou.

O encontro avaliou a situação da agricultura familiar da região,

onde os agricultores, que possuem suas terras por direito, em alguns casos com escrituras com mais de 100 anos, estão se vendo obrigados a abandonar seus lares e deixar suas terras para serem ocupadas pelos índios.

Diante de depoimentos emocionados, como do prefeito de Cunha Porã, Euri Ernani Jung, que revelou que "muitos agricultores estão entrando em depressão devido à situação, levando alguns a cometer o suicídio", a bancada estadual e federal decidiu realizar um grande encontro em Brasília

com parlamentares de outros estados que enfrentam problema similar. O objetivo é que, juntos, possam apresentar uma proposta que atenda agricultores familiares e indígenas.

Para o coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, Gervásio Silva (PSDB-SC), a intenção não é ir contra os índios, mas contra as demarcações de terras, alvo de especulação. "Vamos apresentar a proposta ao presidente da Câmara. Precisamos de políticas indígenas cabíveis para Santa Catarina."

Holding anuncia recursos para Jardim Botânico

Em reunião dia 15, na Fiesc, o empresário Eike Batista, do Grupo EBX, anunciou o aporte de recursos da ordem de R\$ 20 milhões para o primeiro Jardim Botânico de Santa Catarina. A notícia foi repassada aos catarinenses, na sessão do dia 15, pelo deputado Cesar Souza Júnior (DEM).

Considerada uma holding 100% brasileira que atua nos segmentos de mineração, real estate, energia, fontes renováveis e entretenimento, o grupo EXB acredita na proposta do jardim botânico e seus benefícios para os catarinenses. "Com esse recurso será possível contemplar as obras para as três áreas previstas no projeto do jardim botânico", ressaltou.

Na oportunidade, o parlamentar resgatou que o Legislativo passou a se integrar ao projeto em 2007, com a resistência contra a venda do terreno no Bairro Itacorubi, criando a Frente Popular Pró-Jardim Botânico.

O projeto ganhou força em 2008, com parcerias e extensão do projeto abrangendo as áreas da Cidade das Abelhas, no bairro



Autoridades visitam sede futura do empreendimento na Capital

Saco Grande, e do Sapiens Parque, no Norte da Ilha, incorporadas ao contexto do Jardim Botânico de Florianópolis, sob gestão da Fatma. "Essa sem dúvida é uma grande conquista para o Estado e principalmente para a sociedade que vai poder usufruir de três espaços qualificados", lembrou.

A Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap) também

cedeu uma área equivalente a 5 hectares, ampliando a área total do parque de 22 para 27 hectares. "É muito importante ver esse interesse pelo projeto, que acabou ganhando novos parceiros. O Jardim Botânico será mais amplo, incluindo a manutenção da Cidade das Abelhas e a preservação da área verde do Sapiens Parque, no Norte da Ilha", destacou o deputado.

GERAL

Legislativo retoma atividades dia 22

Eventos internos e externos estavam suspensos por 36 dias como medida preventiva à Gripe A

A Assembleia Legislativa retoma terça-feira, dia 22, os eventos internos e externos suspensos como medida preventiva para evitar a disseminação do vírus da Gripe "A" (H1N1). Sessões solenes, audiências públicas, palestras, seminários e exposições voltam a compor o calendário do Legislativo após 36 dias de paralisação. As sessões ordinárias e as reuniões das comissões técnicas transcorreram normalmente durante o período.

Para impedir a transmissão da doença, várias ações foram definidas pelos líderes das bancadas e anunciadas em coletiva à imprensa pelo presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), na tarde do dia 12 de agosto. Além da suspensão das atividades com grande aglomeração de pessoas, folderes sobre a nova gripe e recipientes com álcool gel estavam à disposição no hall e em vários pon-

tos estratégicos da Assembleia. As nutricionistas do restaurante foram orientadas para elaborarem cardápios com alimentos que auxiliem no aumento da imunidade dos servidores que almoçam no local e as servidoras grávidas foram dispensadas do trabalho, sem nenhum prejuízo financeiro.

Uma campanha de prevenção à gripe A foi deflagrada pelos veículos de Comunicação Social do Parlamento catarinense. Informações esclarecendo e orientando a população do estado sobre os sintomas e quais os procedimentos adequados em relação à pandemia foram apresentadas através da TVAL, da Rádio Alesc Digital, do jornal AL Notícias, do portal da Casa Legislativa e dos boletins diários de notícias.

Números

Entre 5 de maio e 13 de se-



Sessões ordinárias e reuniões das comissões técnicas transcorreram normalmente no período

tembro, foram notificados 5.048 casos suspeitos de Doença Respiratória Aguda Grave em Santa Catarina. Desse total, 456 (equivalente a 9%) foram confirmados laboratorialmente para o novo vírus influenza A.

Dos exames laboratoriais realizados (1.023), 44,6% deram positivo para a Gripe A e 55,4% negativo. A SES ainda aguarda o resultado de 4.025 casos que estão em investigação.

Dos 52 óbitos, 62% das vítimas

eram do sexo feminino e 38% do sexo masculino. Entre as mortes, os fatores de risco encontrados com maior frequência foram: doenças pulmonares (21%), gestação (19%), problemas cardíacos (17%) e Tabagismo (13%).

Confira agenda de eventos

- **Dia 22 de setembro** – Seminário para apresentação do estudo "Pré-Sal: Análise sobre Royalties e Implicações Econômicas para Santa Catarina" – Local: Auditório Antonieta de Barros, Assembleia Legislativa;

- **Dia 23 de setembro** - Sessão Especial em comemoração dos 21 anos do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco) e o lançamento do livro "História do Fisco Catarinense: Construindo uma Santa Catarina Melhor", do Jornalista Moacir Pereira – Local: Plenário Deputado

Osni Régis, Assembleia Legislativa;

- **Dia 23 de setembro** - Audiência pública sobre "A Criação da Defensoria Pública em Santa Catarina" – Local: Auditório da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma/SC;

- **Dia 25 de setembro** – Audiência pública sobre os Impactos Sócio-Econômicos e Ambientais da Indústria de Fosfatos Catarinense – Local: Salão Paroquial de Braço do Norte/SC;

- **Dia 28 de setembro** - II Encontro Catarinense da Síndrome do X-Frágil – Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros, Assembleia Legislativa;

- **Dia 28 de setembro** – Sessão solene em comemoração aos 25 anos de fundação da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (Abrajat) – Local: Plenário Deputado Osni Régis, Assembleia Legislativa;

- **Dia 29 de setembro** - Lançamento da XVII edição da EFAPI - Exposição Feira Agropecu-

ária, Industrial e Comercial de Chapecó/SC – Local: Hall da Assembleia Legislativa;

- **Dia 30 de setembro** - Palestra do Subprograma Educação para Cidadania: Construindo um Novo Olhar – Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, Assembleia Legislativa;

- **Dia 30 de setembro** - Ato comemorativo referente ao dia do Maçom e Lançamento da obra "A História da ACL" - Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros, Assembleia Legislativa.

CCJ dá sinal verde à prioridade processual para idosos

Foi aprovado, dia 15, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Projeto de Lei 322/09, do deputado Marcos Vieira (PSDB), que dá prioridade na tramitação de processos e procedimentos administrativos da administração pública direta e indireta a pessoas com 60 anos ou mais, portadores de deficiência física ou mental e portadores de doenças graves, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo. A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge em união estável. São consideradas doenças graves neoplasia maligna, Parkinson, esclerose múltipla, contaminação por radiação, entre outras.

Também foi aprovado o Projeto de Lei 96/08, do deputado Darci

de Matos (DEM), que autoriza o governador a criar gratificação de compensação orgânica para os policiais civis e militares, tripulantes e pilotos de aeronaves do Poder Executivo. Matos argumenta que, atualmente, a iniciativa privada recruta funcionários altamente qualificados do serviço público, oferecendo-lhes salários mais atrativos. Este recrutamento ocorre, segundo o parlamentar, porque dessa forma o investimento na qualificação do pessoal, por parte de quem recruta, torna-se infimo, o que vem causando prejuízo ao governo.

"Este projeto é relevante para que sejam valorizados os servidores que desempenham essas funções, fazendo com que a defasagem com relação à iniciativa privada seja atenuada", afirmou Darci de Matos.

Finanças autoriza projeto prevendo multa a quem fizer trote a serviços de emergência

Uma medida que visa evitar prática de trotes telefônicos realizados aos órgãos de atendimento de emergência à população como Copom, delegacias de polícia, corpo de bombeiros, defesa civil, polícias rodoviárias e SAMU foi aprovada, dia 16, pelos parlamentares na Comissão de Finanças e Tributação.

A iniciativa, do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB), determina que proprietário de terminal telefônico, do qual for originada ligação a qualquer dos órgãos citados, que não tenha realmente o caráter de emergência, ficará sujeito a multa equivalente a R\$ 200,00 por ligação realizada, além da imputação das penalidades previstas nos artigos 266 e 340 do Código Penal Brasileiro.

Os órgãos receptores de liga-

ções telefônicas de emergência deverão, nos respectivos âmbitos administrativos, formar mensalmente relação dos números de terminais telefônicos identificados de onde tenham originado estas ligações.

A Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão será responsável em remeter a lista dos números telefônicos às operadoras de telefonia para que insiram nas contas a multa correspondente a cada ligação indevida, ou, no caso de planos pré-pagos, que debitem dos créditos o valor equivalente.

O produto da arrecadação das multas previstas no artigo 1º desta lei se reverterá aos Fundos de Reaparelhamento da Polícia Civil e de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar.

Microbacias

A Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), aprovou, dia 16, audiência pública para avaliar o Programa Microbacias 2, e possibilidades de renovação do convênio para Microbacias 3.

Além da audiência, foi autorizado o envio de moção, aos governos federal e estadual, solicitando medidas para os municípios afetados pelas chuvas.

Com o propósito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural, o projeto Microbacias II recebeu recursos de US\$ 150 milhões, financiados pelo Banco Mundial (BIRD) e governo estadual.

PLENÁRIO

Deputados repercutem tornado no Oeste

Parlamentares destacam iniciativas dos governos estadual e federal visando reparar prejuízos com tragédia

Carlos Kilian



Deputados Jailson e Sopelsa salientam ações suprapartidárias para minizar impacto do desastre natural

As consequências dos tornados ocorridos na semana passada no Oeste do estado, bem como as ações visando diminuir o impacto das perdas, foram temas recorrentes na sessão ordinária do dia 15 na Assembleia Legislativa. Parlamentares subiram à tribuna para elogiar as iniciativas do Executivo, tanto estadual quanto federal, que trabalham na liberação de recursos para a reconstrução das áreas atingidas.

O deputado Serafim Venzon (PSDB) elogiou o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) que agilizou, junto ao Ministério da Integração Nacional, o repasse de R\$ 26 milhões para a Defesa Civil de Santa Catarina iniciar o atendimento à população. Venzon informou que o órgão já está prestando serviços nas cerca de 60 cidades que decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Na mesma direção, o deputado Jailson Lima (PT) destacou que deputados da bancada do PT, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o governador do estado e prefeitos dos municípios atingidos estiveram em Brasília para viabilizar medidas para diminuir o drama no Oeste. A bancada petista vai entregar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) documento com um resumo dos principais problemas a serem resolvidos na região.

Já o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) prepara moção, a ser encaminhada à Fatma, solicitando a liberação das árvores derrubadas pelos tornados de onde deverá ser aproveitada a madeira para a reconstrução das propriedades destruídas. "Galpões, aviários, casas e outros poderão ser beneficiados nos municípios com situação de emergência decretada", afirmou o parlamentar.

Caramori destaca vinhos de SC

A presença de Santa Catarina no cenário dos vinhos de qualidade foi destacada, dia 17, pelo deputado Reno Caramori (PP), em Plenário. O parlamentar comemorou a conquista da Vinícola Sanjo, de São Joaquim, que recebeu duas medalhas de ouro no Concurso Mundial de Bruxelas, na etapa realizada em Pernambuco.

Dos três vinhos a receberem a medalha Gran Ouro, um foi o Núbio Cabernet Sauvignon 2005, descrito no site da vinícola como uma bebida de "cor vermelho violáceo, com aromas de frutas vermelhas maduras, combinadas com café, baunilha e leve tostado. Com bom corpo, ótima concentração de fruta com taninos doces e um agradável final frutado".

O "Maestrale Cabernet Sauvignon 2005", que recebeu a medalha ouro e também é produzido pela Sanjo, é um vinho "de cor vermelho

rubi intenso, apresenta aromas de frutas, pimentas negras, especiarias e baunilha. Leve tostado e excelente bouquet. Com taninos macios, apresenta excelente harmonia entre madeira e fruta, com final longo e agradável.

Segundo Caramori, este é o reconhecimento a mais uma vinícola catarinense que, como as demais também já premiadas, primam pela qualidade contando com estrutura qualificada para garantir um processo de produção competitivo. "Nossas vinícolas trabalham com profissionais da melhor categoria para garantir um produto que cada vez mais vem se destacando: os vinhos de altitude. Cada vinícola tem seu enólogo e engenheiro agrônomo", comentou. Caramori lembrou ainda que, assim como os vinhos, os espumantes produzidos pelas vinícolas em Santa Catarina têm sido agraciados com prêmios.

Escolas sorteadas para o Parlamento Jovem

Carlos Kilian

Foram sorteadas na sessão do dia 15 as oito escolas que vão participar da nona edição do Programa Parlamento Jovem – Construindo a Cidadania na Escola, que acontece nos dias 25 e 26 de novembro. A participação é feita por região e os alunos de cada unidade receberão treinamento especial e assessoria da Escola do Legislativo.

O presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), lembrou que a iniciativa é uma aula de cidadania e ajuda a preparar os jovens para conhecer o Legislativo. No total, 224 escolas de oito regiões candidataram-se e cada unidade terá a participação de cinco estudantes, num total de 40 vagas, como numa eleição para deputado estadual.

Neste programa, os estudantes apresentam um projeto de lei, elaborado em cada instituição de



Deputado Joares Ponticelli comanda escrutínio em sessão ordinária

ensino e que, durante os dois dias de atuação no Parlamento, são debatidos e votados em Plenário. As matérias aprovadas são encaminhadas à Comissão de Legislação Participativa e podem até ser transformadas em projetos de lei, como já ocorreu em edições anteriores.

O sorteio foi coordenado por Ponticelli, que convidou os deputados Renato Hinnig (PMDB), Kennedy Nunes (PP), José Natal Pereira (PSDB), Giancarlo Tomelin (PSDB), Ismael dos Santos (DEM), Romildo Titon (PMDB), Sargento Amauri Soares (PDT) para participarem.

Critérios para insalubridade

Foi lido em Plenário na sessão do dia 16 o Projeto de Resolução (PRS), apresentado pelo presidente Jorginho Mello, e aprovado pela Mesa, que redefine os critérios para o adicional de insalubridade. O projeto será analisado pelas comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, e de Saúde.

A partir da aprovação em Plenário, os índices serão de 12%, 17% e 25%, aplicados sobre o valor de referência de R\$ 1.374,98, que cor-

responde ao salário-base de nível médio de carreira do Legislativo. Os adicionais serão de R\$ 164,99, R\$ 233,75 e de R\$ 316,24 para os graus baixo, médio e alto.

De acordo com o laudo pericial elaborado pela Secretaria de Estado da Administração, dos 111 servidores que recebiam o adicional, 77 mantêm o direito ao benefício. A partir de 1º de outubro, todos os demais não receberão mais a insalubridade.

Confira os municípios da próxima edição

• Grande Florianópolis

Escola de Educação Básica Bartolomeu da Silva Canelinha

• Oeste

Escola de Educação Professora Irene Stonoga Chapecó

• Planalto Norte

Escola de Educação Básica Santa Cruz Canoinhas

• Nordeste

Colégio Marista São Luís Jaraguá do Sul

• Sul

Escola de Educação José do Patrocínio Siderópolis

• Vale do Itajaí

Centro Educacional Crandon Piçarras

• Meio Oeste

Escola de Educação Básica Prefeito Silvio Santos Ouro

• Planalto Serrano

Escola de Educação Básica Adolfo José Martins Bom Jardim da Serra

COMUNIDADE

Os desafios da dislexia

Especialistas debatem o tema em São José, de 18 a 20 de setembro, no seminário promovido pelo Instituto Psicológico e Saúde da Família

Tatiani Magalhães

As estatísticas da educação apontam um alto índice de crianças, adolescentes e adultos que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem. Diante deste quadro, Santa Catarina sediará, de 18 a 20 de setembro, em São José, o primeiro Seminário de Dificuldades de Aprendizagem – Dislexia em Foco. O evento é uma iniciativa do Instituto Psicológico e Saúde da Família (Afamel) em parceria com a Associação Brasileira de Dislexia (ABD) e conta com o apoio do Hospital Infantil Joana de Gusmão e do Hospital Universitário, ambos de Florianópolis.

O seminário vai reunir profissionais de Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul com atuação reconhecida nas áreas de psicologia, fonoaudiologia, neuropediatria e terapias alternativas. O objetivo é, a partir de uma programação científica, discutir e oferecer aos participantes conhecimentos teóricos e estratégias de práticas que possam resultar numa mudança de atitude com relação a esse distúrbio tão pouco conhecido no âmbito escolar. Além de proporcionar troca de experiências, reflexões e oportunidade de novos conhecimentos sobre o tema.

De acordo com a Fundação

Brasileira de Dislexia (FBD), a doença não tem como causa a falta de interesse, motivação, esforço ou vontade. Antes de qualquer definição, dislexia é um jeito de ser e de aprender que reflete na expressão individual de uma mente que aprende de maneira diferente. Especialistas revelam que a doença é uma específica dificuldade de aprendizado da linguagem apresentada na leitura, soletração, escrita, linguagem expressiva ou receptiva, cálculos matemáticos, linguagem corporal e social, sendo que 80% dos disléxicos apresentam dificuldades no aprendizado, especialmente na leitura, em diferentes graus.



Fotos: Solon Soares

Cerca de 20% das crianças no mundo apresentam sintomas da dislexia

Doença tem diferentes graus

Com três diferentes níveis - severo, moderado e leve -, a dislexia precisa que professores, pais e especialistas estejam atentos aos problemas de aprendizagem. Segundo os conceitos da FBD, é indispensável que todos os professores entendam as necessidades dos alunos disléxicos, dentro e fora da sala de aula, uma vez que as pessoas com dislexia, ainda que aprendam de uma maneira diferente, podem acompanhar o ensino convencional, desde que tenham apoio necessário para contornar suas dificuldades.

Na visão da psicopedagoga e

presidente do seminário, Lucimara Maia, a dislexia precisa ser amplamente discutida, pois cerca de 20% das crianças do mundo apresentam sintomas da doença. Porém, é necessário um acompanhamento e diagnóstico de especialistas, já que nem sempre uma dificuldade de aprendizado é dislexia. "A dislexia é uma desordem de linguagem que impede a aquisição de sentido por intermédio das palavras escritas, por causa de uma deficiência na habilidade de simbolização", mencionou.

Considerada uma doença genética, a dislexia, de acordo

com Lucimara, se manifesta em crianças durante os primeiros anos escolares, com maior incidência em meninos. Os portadores apresentam insuficiência no processo fonológico, o que exige atenção especial na fase escolar. "Limitações na linguagem escrita são demonstradas por uma desconexão entre a obtenção real e a esperada. Essas limitações procedem de disfunções cerebrais manifestadas por perturbações na percepção e não devem ser atribuídas a impedimentos motores, sensoriais, intelectuais ou emocionais," explicou.

Diagnóstico

A partir de uma perspectiva bio-psico-social, foi comprovado, através do Instituto Psicopedagógico e Saúde da Família (Afamel), que cada ser é único na sua forma de aprender e compreender o ser humano. Dentro dessa conotação, a instituição trabalha com a educação de crianças, adultos e idosos, resgatando o processo de aprendizagem de cada ser humano e atribuindo a ele o prazer de aprender.



Merísio: prevenção na escola

Nova lei

Em Santa Catarina será implantado o Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia na Rede Estadual de Ensino garantido através da Lei nº 14.658, sancionada em janeiro deste ano. A lei surgiu com a aprovação do Projeto de Lei nº 208/08, de autoria do deputado Gelson Merísio (DEM).

Através do programa, serão aplicados exames nos alunos matriculados na rede de educação estadual, em especial para o ensino fundamental, possibilitando identificar os sinais de dislexia e outros distúrbios que possam interferir no aprendizado.

A execução do Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia está sob responsabilidade das secretarias de Estado da Saúde e da Educação que, juntas, viabilizam as equipes multidisciplinares de profissionais para a execução plena do trabalho de prevenção e tratamento.

Saiba mais

O que é a dislexia

É uma desordem de linguagem que impede ou dificulta a aquisição da leitura, escrita, soletração e ortografia.

Sintomas

- Demora em aprender a ler e escrever;
- Lentidão nas tarefas que tenham escrita e leitura, mas sem dificuldades na parte oral;
- Dificuldades com cálculos, raciocínio lógico;
- Escrita incorreta, com muitos erros fonológicos;
- Lentidão para copiar. Muitas vezes precisa de apoio;
- Dificuldade em associar sons e letras ao símbolo que ela representa;
- Dificuldade em organizar-se o tempo/hora, no espaço antes/depois, e direção direi-

ta/esquerda;

- Persiste no mesmo erro;
- Apresenta desatenção e dispersão;
- Desorganização geral nos trabalhos escolares/deveres de casa;

Diagnóstico

Deve se feito através de uma equipe multidisciplinar formada por psicopedagogo, fonoaudiólogo, psicólogo, neurologista e, se necessário, avaliações complementares com otorrinolaringologista, testes de audiometria, oftalmologista, geneticista e outras especialidades. Nem todo distúrbio de leitura e escrita é dislexia.

A quem recorre

Atualmente, o professor com formação ou informação efetiva

em dificuldades de aprendizado é o principal instrumento para o encaminhamento de providências ao aluno disléxico. Porém, o psicólogo escolar é o profissional indicado para comunicar aos pais e familiares a necessidade de avaliarem o dia-a-dia dessas crianças, contribuindo para um diagnóstico definitivo.

Com a iniciativa de congregar e treinar profissionais para essa difícil tarefa especializada de diagnosticar e orientar para o ensino e aprendizado em dislexia, a Fundação Brasileira de Dislexia possui um site atualizado sobre o assunto: www.dislexia.com.br

Tratamento

É indicado de acordo com as dificuldades. Em casos acen- tuados, é feita a reeducação

com aquisição fonética, leitura, soletração, vocabulário, escrita e interpretação.

Pode ser estimulado por psicopedagoga, fonoaudióloga e psicóloga para melhorar sua autoestima, autoconfiança e a ansiedade que acompanham o quadro de dificuldades de aprendizagem.

A intervenção visa resgatar os talentos do disléxico, ajudando a descobrir modos compensatórios de aprender. Jogos, leituras compartilhadas, atividades específicas para desenvolver a escrita e habilidades de memória e atenção fazem parte do processo de intervenção. À medida que o disléxico perceber sua capacidade de produzir poderá avançar na aprendizagem e iniciar o resgate de sua autoestima.